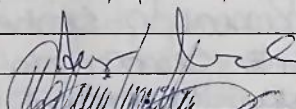


dores: Carlos Roberto Sibia, José Oscar Elias, Orlando da Silva Pereira, Usmar Sampaio, Uilmir Monteiro. Constatado a ausência de "quorum" pelo

Senhor Primeiro Secretário "ad hoc", Vereador João dos Santos Mendes, o Senhor Presidente Ayr Silva da Rocha, suspendeu a sessão por quinze minutos. Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário "ad hoc", Vereador João dos Santos Mendes que pusesse a chamada regimental que contou a presença dos seguintes Vereadores: Aires Bezerra de Albuquerque, Carlos Roberto Pereira dos Santos, Fernando Pacheco Filho, Orlando da Silva Pereira, Waldino Santos da Silva, Waldir Rodrigues de Lacerda e Uilmir Monteiro. Não havendo número regimental, o Senhor Presidente encareceu a presente sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavasse a presente ata que depois de lida, submetida a apreciação Plenária, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

  
Ayr Silva da Rocha

Ata da Décima Segunda Reunião Ordinária do Primeiro Período Legislativo, realizada no dia trinta de abril de mil novecentos e noventa e dois (1992).

Às dezesseis horas do dia trinta de abril de mil novecentos e noventa e dois (1992), sob a Presidência do Vereador Ayr Silva da Rocha, e com a ocupação da Primeira Secretaria, pelo Vereador Waldir Rodrigues de Lacerda, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio.

Além desses responderam a chamada nominal os seguintes Vereadores: Aires Bessa de Figueiredo; Adailton Pinto de Andrade, Carlos Roberto Silva, Carlos Roberto Nogueira dos Santos, Derson Jardim, Jânio dos Santos Mendes, Josénilso Pacheco Filho, Orlando da Silva Pereira, Valfredo Santos Silva, e Wilmar Monteiro. Já vendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir foram lidas e aprovadas as seguintes atas: Ata da Décima Primeira e Décima Segunda Reuniões Ordinárias do Primeiro Período Legislativo. Após o cumprimento do rito regimental, o Senhor Presidente determinou ao Senhor Primeiro Secretário a Leitura do Expediente, que constou do seguinte: Requerimento nº 023/92 de autoria do Vereador Wilmar Monteiro, requerendo Moção de Aplausos ao Dr. Alamir P. Assumpção, Delegado da 133ª O.P., e sua Equipe; Requerimento nº 024/92 de autoria do Vereador José Oscar Elias, requerendo envio de Expediente ao Exmº Senhor Prefeito Municipal, solicitando cópias do Estatuto da PROCAF; Requerimento nº 025/92 de autoria do Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos, dispendo sobre outorga de Moção de Aplausos a Fenilda Maria da Silva, funcionária do Instituto D. Identificação Felix Pacheco; Indicação nº 021/92 de autoria do Vereador José Oscar Elias, solicitando ao Exmº Senhor Prefeito Municipal que seja colocado braço de luz e lâmpadas nos postes da Rua Dácio Pereira de Souza; e Indicação nº 022/92 de autoria do Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos, indicando

à Douta Mesa, o envio de Expediente ao Ilm.<sup>o</sup> Senhor José Bonifácio Ferreira Novellino, MD. Gerente Distrital da CERI, solicitando a substituição de lâmpadas na Rua Jorge Velga - Gamboa. Terminada a leitura do Expediente, o Senhor Presidente transportou os trabalhos ao segmento dedicado ao uso da TRIBUNA. Fez uso da Tribuna como primeiro orador inscrito o Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos, comentando sobre entrevista que concedera a emissora do Araxial de Cabo, quando tivera a oportunidade de desmentir declarações do Prefeito a mesma emissora, quando afirmara que o problema de saneamento básico em Cabo Frio fora resolvido, enfatizando ainda ao repórter que não estranhava tais afirmações do Prefeito Ivo Saldanha, pois raramente visitava os bairros carentes de Cabo Frio, enumerando a seguir os inúmeros problemas de saneamento básico no Município, destacando a poluição do Canal Itajuruí e da Lagoa de Araruama. Disse a seguir, que a Comissão do Prefeito quanto a questão era flagrante, na medida em que não havia inspeção de fossas e sumidouros e as licenças de construção eram acompanhadas de folheto quanto à obrigatoriedade e instruções para construção de fossas e sumidouros, preparado pela Secretaria Municipal de Saúde na década de setenta, tendo como única modificação o acréscimo de filtro anaeróbico. Disse que embora tais instruções, não era cobrado do proprietário o que era obrigatório. Prosseguindo, disse que embora os Vereadores

dores tendo conseguido junto ao Deputado Jamil Hadad, a liberação de verbas federais para implantação de tratamento de esgoto no perímetro urbano do Município, o que ocorreria em janeiro do ano em curso, o Prefeito não moveu "uma palha" para liberação dos recursos, o que era lamentável. Falou de sua preocupação de ao final do mandato do Prefeito Sr. Saldanha, conseguisse o mesmo a liberação das verbas e, iniciando um trabalho que tinha a certeza não iria solucionar o problema de esgoto em Lagoa Fria, objetivando tão somente, se auto-promover espalhando que resolvera o problema de esgoto no Município, como era do seu comportamento, quando através de pesquisas compradas com dinheiro público, alardeava ser o melhor Prefeito do Brasil, encerrando a seguir sua fala. A seguir ocupou a Tribuna o Vereador Wilmair Monteiro, falando inicialmente das dificuldades vividas pela classe política, principalmente pelo Vereador, lembrando que enquanto era praticamente impossível o acesso do povo a Deputados, a Governadores e Senadores, era o Vereador que atendia diuturnamente a comunidade. Lembrou que através de calúnias e outras campanhas menores, principalmente em época de eleição, era comum ouvir-se de determinados cidadãos candidatos a Vereança, críticas aos Vereadores, enfatizando que se tais pessoas não tinham comportamento ético, muito mais irresponsáveis eram determinados jornalistas que através de programas radiofônicos permitiam tais fatos. Citou o caso de indivíduo, que determinado programa veiculado em emissora local, afirmara que a câmara

ra era constituída por ladrões, mostrando o seu despreparo e falta de caráter para exercer função pública. Disse que diante da gravidade do fato, solicitara ao Presidente providências para que fosse requisitada a fita do programa e assim fosse iniciado processo por calúnia, como fizera com o Prefeito Ivo Saldanha por idênticas afirmações. Prossequindo, disse que o valor de um Vereador não era medido pela sua retórica ou atendimento, mas sim pela sua postura, pela sua correção e pela imagem que era fixada pela opinião pública, refletindo sua competência e dedicação ao Município. Abordou a seguir os balancetes da Prefeitura, referentes a agosto, setembro, outubro e novembro de 1991, e que visto o atraso na entrega de tais documentos era difícil a Câmara fiscalizar as contas municipais, mas, em rápida análise verificara a necessidade de solicitar o envio de dezessete processos a Câmara, só no mês de agosto, citando como exemplo, o pagamento de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) a PROCAF por obras a serem realizadas no Centro Comunitário Sebastiana da Cunha Bueno, quando não era permitido a empresa pública receber recursos do Município para obras a serem executadas, lembrando os atritos entre O Globo e Jornal do Brasil, quando o último recebera do BANERJ vultuosos recursos para cobrir a Olimpíada de Barcelona, ou seja, em compromisso futuro. Ainda sobre balancetes, falou sobre pagamento efetuado a favor de empresa

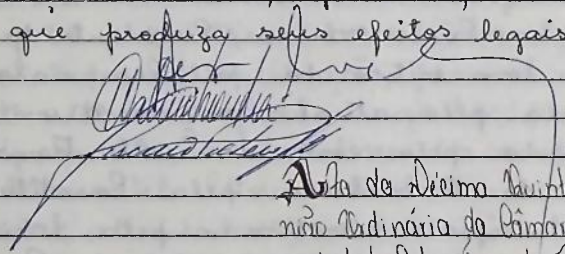
de marketing, no valor de R\$32.000.000,00 (trinta e dois milhões de cruzeiros), realizado em setembro, e mais, que a firma não era sediada no município, tendo de se esclarecer quanto a realização de concorrência. Adiante falou dos gastos da Prefeitura com promoção pessoal do Prefeito, e, na medida em que o novo salário mínimo entrasse em vigor, a situação financeira da Prefeitura seria das mais delicadas, antevendo para julho, uma crise, caso não fossem adotadas providências para que a arrecadação fosse adequada a nova realidade, e, aduziu, mais do que nunca era preciso que o Município fosse administrado com seriedade e, que cessassem as ameaças a funcionários e recados para os Vereadores. Quanto ao denuciado pelo Tribunal de Contas da União, disse que o fato era grave, mas, que a Câmara só poderia se manifestar após ser notificada oficialmente, embora para alguns mal informados e mal intencionados a Câmara era a culpada, a exemplo do que ocorrera quando da votação do Código Tributário, mensagem de exclusiva responsabilidade do Executivo, que agora propunha redução de cinquenta por cento nas alíquotas. Ainda sobre o assunto disse que iria propor redução de setenta por cento através de emenda, para que fosse encontrada o valor original da UPM, ou seja, cerca de R\$7.000,00 (sete mil cruzeiros), valor que no presente era dobrado, e assim, mostrava que o Prefeito ao tentar uma redução de cinquenta por cento na verdade fazia um jogo de

números e palavras, para mais uma vez en-  
volver a Câmara, no que encerrou sua  
fala. Não havendo mais oradores inscritos para  
o uso da Tribuna, o Senhor Presidente transportou  
os trabalhos ao segmento dedicado a ORDEM  
DO DIA. Nesta etapa foram aprovadas as se-  
quintes matérias: aprovados os Requerimentos nº  
023/92, 024/92 e 025/92 e Indicações nº 021/92  
e 022/92. Terminada a Ordem do Dia, o Se-  
nhor Presidente transportou os trabalhos ao seg-  
mento dedicado a EXPLICAÇÃO PESSOAL. Ocupou a  
Tribuna em Explicação Pessoal o Vereador Jânio  
dos Santos Mendes, falando inicialmente sobre a  
Rua Chico Coelho, e o esforço dos comercian-  
tes para tornar o local mais atrativo, organizando  
uma série de eventos e manter do em per-  
feito estado de conservação aquela área. Fal-  
lou que a iniciativa dos comerciantes fora  
desvirtuada pelo proprietário de um bar, que  
desrespeitando toda a legislação, promovia se-  
restas até altas horas da madrugada, pertur-  
bando principalmente, os moradores dos edifícios  
Caravelas e Mercantil. Citou outras casas que  
havia encerrado atividades<sup>o</sup> perturbando a lei  
do silêncio, mas que o referido comerciante tra-  
vés de manobras e afirmando ter o apoio inclu-  
sive de Vereadores continuava com suas pro-  
moções, e, até, não respeitando acordo com os  
moradores, quanto ao horário dos <sup>os</sup> shows<sup>o</sup>, ou  
seja até as vinte e duas horas. Adiante, disse  
que junto com as pessoas prejudicadas compa-  
recera ao Corpo de Bombeiros, onde através da  
Defesa Civil tais assuntos eram tratados, obje-  
tivando que a lei fosse cumprida, e, agora o

referido comerciante divulgava documento apó-  
 xifo atingindo sua pessoa, e de outros lida-  
 dãos que não aceitavam sua atitude tentando  
 pressionar fazer valer o seu desrespeito a Lei.  
 Encerrou afirmando que não se intimidava  
 e onde houvesse em lidadão lutando por  
 seus direitos estaria solidário. A seguir, em  
 Explicação Pessoal, ocupou a Tribuna o Vere-  
 dor Delando da Silva Pereira, falando do  
 estado de abandono q que estava relega-  
 do o Município, por missão do Prefeito, enfa-  
 tizando que era muito grave a situação  
 dos Bairros carentes principalmente quanto a  
 saneamento básico. Adiante, disse que mes-  
 mo o Prefeito anunciando que demitiria  
 funcionários, a Prefeitura continuava sendo  
 um "balde" de empregos, bastando um  
 pedido de candidato a Vereador dirigido ao  
 Senhor Paulo Massa, Presidente da PROAF. Falou  
 em tom crítico da política salarial implan-  
 tada pelo atual Governo Municipal, protes-  
 tando pelo corte do "vale transporte", conqui-  
 sta do trabalhador pela Constituição e no  
 Município corroborada pela Lei Orgânica.  
 Denunciou a ausência do Prefeito quanto  
 a solução dos problemas Municipais, e mais,  
 que o Prefeito desrespeitava Resoluções da Câ-  
 mara quanto a nomeinação de praça no  
 Bairro Passagem, denominada José dos Santos  
 Branco, pois já se anunciava que o loga-  
 douro teria outro nome, indicado pelo Presi-  
 dente da PROAF e candidato do Prefeito, e  
 que demonstrava o caos reinante na Admi-  
 nistração, quando nem mesmo os Vereadores eram



atendidos, priorizando os candidatos a Vereador do Dr. Paulo Massa. Quanto as obras anunciadas no Bairro Jacaré e Boca do Mato, disse que a empresa TERCION não mais faria os trabalhos de asfaltamento porque a Prefeitura não havia pago obras realizadas anteriormente, devendo há mais de cinco meses uma parcela da obra realizada na rua Itajuruí entre outras, o que era mais um absurdo, lamentando que o povo dos bairros carentes estivessem sendo ludibriados e desrespeitados, encerrando assim seu discurso em explicação pessoal. Não havendo mais Vereadores para o uso da Tribuna em EXPLICAÇÃO PESSOAL, o Senhor Presidente se encerrou a presente sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida à apreciação Plenária, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.



Ata do Décimo Quinto Sessão Ordinária do Órgão Municipal de Cabo São do Timuro, Estado Amapá, realizada no dia 05 (cinco) de maio de (1992) mil novecentos e noventa e dois.

Ata de dezesseis horas do dia 05 (cinco) de maio de mil novecentos e noventa e dois (1992), sob a Presidência do Senador Valmir Rodrigues de Lacerda e com a ocupação da Primeira Secretária "ad hoc" pelo Vereador José Oscar Elias, reuniu-se Ordinariamente